

V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

# Democracia e governamentalidade.

Tотора Silvana.

Cita:

Tотора Silvana (2010). *Democracia e governamentalidade. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/211>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

## Democracia e governamentalidade \*

Silvana Tótoro \*\*

**Resumo:** À Luz das contribuições de Foucault, propomos uma analítica da governamentalidade liberal e neoliberal como dispositivos das relações verdade/governo da democracia representativa e participativa respectivamente. De acordo com o procedimento genealógico, em primeiro lugar passar ao largo das análises que privilegiam as instituições políticas, a fim de explicitar as tecnologias de poder que a atravessam e a alimentam. Segundo, substituir o ponto de vista interno de sua função por uma perspectiva externa das suas estratégias e táticas. Terceiro, evitar tomar as instituições e as suas práticas em referência aos valores e normas já dados, e, sim, apreender o campo de constituição da verdade a partir de suas tecnologias próprias de poder. Cabe perguntarmos: como e com que efeitos, o regime democrático configurou-se em um direito à verdade? Com quais objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere? Assim posto, a democracia deixa de ser um valor universal e constitui-se em um problema. Propõe-se problematizar a modalidade econômica neoliberal e os mecanismos de inclusão da democracia participativa.

Uma reflexão da democracia com base no pensamento de Foucault torna-se um desafio, primeiro, porque nas suas pesquisas, cursos, publicações, Foucault, em raros parágrafos, refere-se especificamente a essa forma de governo. Segundo, nos lança para uma reflexão, na contemporaneidade, fora daquilo que Bourdieu <sup>1</sup> denominou de “imperialismo do universal”, a saber, o modelo norte-americano de parlamento

---

\* Trabalho preparado para o V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA (ALA CIP) BUENOS AIRES, 28-30 julio de 2010

\*\* Professora do Departamento de Política e dos programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e de Gerontologia da PUC/SP, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP (Neamp)

<sup>1</sup> Cf. Bourdieu, Pierre. “Dois imperialismos do universal”. Lins, Daniel e Wacquant (orgs). Repensar os Estados Unidos. 2003. Cf. Foucault. “Da natureza humana: justiça contra o poder”. *Ditos e Escritos*, vol. IV. 2003. Trata-se de um diálogo realizado em nov/1971, promovido por F. Elders nos EUA, entre Foucault e N. Chomsky. Ao universalismo da justiça como um “valor dos valores” de Chomsky, Foucault desliza na direção da explicitação das relações de poder que atravessam os discursos verdadeiros.

representativo, pluralismo, em suma, das liberdades liberais, reivindica para si o universalismo político, que lhes é concedido na atualidade.

Longe de qualquer universalismo metodológico, ou seja, de uma concepção que parte de um *a priori* para em seguida submetê-lo à verificação histórica, Foucault parte da analítica das práticas como se apresentam e como são pensadas. Segundo o autor, a série de práticas e regimes de verdade constitui um dispositivo de poder/saber. E a genealogia é uma analítica das tecnologias de poder que atravessam os discursos e as práticas produzidas em distintos contextos históricos.

Cabe perguntarmos: como e com que efeitos, o regime democrático configurou-se em um direito à verdade? Com quais objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere. Assim posto, a democracia deixa de ser um valor universal e constitui-se em um problema. A democracia como dispositivos de saber/poder ou de governo/verdade configurou-se em uma multiplicidade discursiva e de práticas de governo, compreendidas no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. Como exercício de governo, na modernidade, não se dissocia de um regime liberal e neoliberal, na sua modalidade representativa e participativa, correlativo aos dispositivos de segurança e de controle respectivamente.

Podemos encontrar em Foucault, na sua analítica dos dispositivos de poder, um campo fértil de problematização da democracia contemporânea. Particularmente aqueles denominados pelo autor de dispositivos de segurança, biopoder ou biopolíticas. O procedimento genealógico - análise, elucidação e visibilidade das tecnologias de poder, das lutas, das estratégias e resistências no interior dessas relações - pode contribuir para desestabilizar o funcionamento dos seus mecanismos de poder. Trata-se, segundo Foucault (2004, p. 51), de uma desestabilização sem fim, e, portanto, diversa de um projeto de reforma, cuja pretensão reside em estabilizar, ao cabo de um conjunto de mudanças, uma determinada forma. Os discursos da democracia nas últimas décadas do século XX são pródigios em propostas de estabilidade de um regime democrático.

Não se trata, entretanto, de apontar para alternativas a uma determinada relação de poder, mas de uma recusa de jogar o seu próprio jogo (Foucault, 2004, p. 47). A resistência se insere no campo de relações de forças em que os jogos de verdade e os efeitos de poder

que o acompanham são afrontados por uma nova política de verdade. Segundo Foucault (1992a, p. 14) “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia”.

Os discursos da democracia, particularmente na sua modalidade participativa <sup>2</sup>, visam à estabilidade desse regime, dando aos procedimentos democráticos um valor a ser defendido. Problematizar essas formas de discursos e seus efeitos de poder é posicioná-los como estratégias de poder de uma *sociedade de controle*. A governamentalidade democrática do Estado, na atualidade, faz um apelo ao consenso obtido através da participação contínua dos cidadãos, em espaços institucionalizados, para além do período eleitoral.

À luz das contribuições de Foucault, propomos uma analítica da governamentalidade liberal e neoliberal como dispositivos das relações verdade/governo da democracia representativa e participativa respectivamente. De acordo com o procedimento genealógico <sup>3</sup>, em primeiro lugar passar ao largo das análises que privilegiam as instituições políticas, a fim de explicitar as tecnologias de poder que a atravessam e a alimentam. Segundo, substituir o ponto de vista interno de sua função por uma perspectiva externa das suas estratégias e táticas. Assim, abandona-se a reflexão sobre os déficits funcionais de um dado regime político, interceptando o circuito de reforma que alimenta o próprio funcionamento dos dispositivos de poder. Terceiro, evitar tomar as instituições e as suas práticas em referência aos valores e normas já dados, e, sim, apreender o campo de constituição da verdade a partir de suas tecnologias próprias de poder.

Foucault interroga o problema do Estado a partir das práticas da governamentalidade, evitando, com esse procedimento, atribuir ao Estado qualquer substancialidade, mas situá-lo como o “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (2008b, p. 106). Em seu método histórico, o autor faz intervir uma analítica das práticas e saberes privilegiando os problemas do presente. Para isso faz o saber do passado agir sobre as práticas do presente, não como uma mera repetição, mas justamente para marcar diferenças e fazer a crítica das matrizes históricas transpostas. Na sua análise do neoliberalismo, nas suas vertentes européia e norte-americana do século XX, Foucault

---

<sup>2</sup> Cf. Tótorá, Silvana & Chaia, Vera. “Intelectuais e a invenção da democracia: experimentos e institucionalização da participação popular”. Chaia, Vera & Machado ElieI (orgs). *Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2009.

<sup>3</sup> Cf. Foucault. *Segurança, território, população*. 2008a . pp. 157 a 159

(2008b, p. 181) objetiva distinguí-lo do liberalismo do século XVIII ou de alguma forma de totalitarismo contemporâneo.

\*\*\*

O genealogista olha para a história não para apreender o seu sentido final, valor último, ou pretensa continuidade, mas para fazer brotar o “acontecimento”, no que ele tem de singular. Ele recua no tempo em direção não à origem, mas a *proveniência*, os começos inumeráveis na sua dispersão e ínfimos acidentes. Um acontecimento como a pastoral cristã antiga e suas tecnologias de poder <sup>4</sup> -, juntamente com outros vetores, pode estar na proveniência da governamentalização do Estado moderno.

A genealogia como estudo da proveniência, afirma Foucault (1992b, p. 22),

“diz respeito ao corpo (...), sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuportável conflito. O corpo superfície de inscrição dos acontecimentos (...). A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela mostra o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”

O genealogista olha também para o mais próximo, os problemas do presente, para dele se distanciar não com o olhar frio do analista desinteressado, mas com um *saber perspectivo*: “um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha. O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia” (Foucault, 1992b, p. 30).

Na genealogia da história múltiplas séries de dispositivos de poder se distinguem sem, contudo, se excluírem. Assim, uma determinada tecnologia de poder não elimina outra, mas a utiliza, a reforça num circuito de reativação e transformação. Os dispositivos de segurança ou biopolíticas reativam e transformam as técnicas jurídico-legais e as disciplinares, ou melhor, trata-se de um modo de fazê-las funcionar <sup>5</sup>. Podemos acrescentar

---

<sup>4</sup> Foucault. *Segurança, território, população*. 2008a. O pastorado se define, na sua tecnologia de poder, por procedimentos de individualização por sujeição. O pastorado preludia a governamentalidade pela constituição específica de um modo de sujeição; primeiro, uma constituição específica do sujeito pela identificação analítica dos méritos definidos a cada instante; segundo, a sujeição do sujeito em redes contínuas de obediência; terceiro, um sujeito que é submetido pela extração de verdade que lhe é imposta (Ibid, 243).

<sup>5</sup> Cf. Foucault. *Segurança, território, população*. 2008a, pp. 12 a 14.

que os dispositivos de controle, por sua vez, intensificam e transformam os demais dispositivos.

A analítica de Foucault dos diferentes dispositivos de poder – soberania, disciplinas e de segurança – não obedece a uma lógica dialética que reconstrói totalidades, com base numa síntese contraditória. Foucault chama de lógica da estratégia aquela que visa à conexão entre elementos dispares e que assim permanecem. “A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório”, afirma Foucault (2008b, p. 58).

Sem abandonar em sua analítica dos dispositivos de poder as especificidades estratégicas e táticas de diferentes séries de tecnologias de poder – jurídicos, disciplinares, segurança/biopoder -, Foucault aponta para uma articulação sob a égide de um deles constituindo uma sociedade em uma dada época histórica. Os dispositivos de segurança fazem funcionar sob sua tática própria os demais, configurando o que Foucault denomina de uma “sociedade de segurança” (Foucault, 2008a, p.15). O esforço de totalização não invalida a análise das estratégias locais em suas minúcias, as diferenças dos mecanismos e sua forma de articulação.

Cabe ressaltar que o poder não constitui um ponto de partida como princípio explicativo. “O próprio termo ‘poder’”, como diz Foucault (2008b, p. 258), designa um campo de relações que deverá ser analisado em seu funcionamento por inteiro. Daí a proposta do autor da noção de governamentalidade, como o procedimento, por um lado, para precisar a maneira como se conduzem as condutas dos loucos, delinquentes, doentes, crianças, como, por outro, abordar a política econômica como gestão de todo o corpo social. Tanto os dispositivos disciplinares que individualizam como os dispositivos de segurança cujo alvo é o corpo-espécie podem se articular num procedimento de governamentalidade. A analítica dos micropoderes não se traduz num problema de escala, mas de perspectiva ou, poderíamos dizer, de imanência das relações de poder que atravessam discursos e a sociedade por inteiro.

O conceito de governamentalidade traduz, portanto, um esforço de constituição de um campo de relações de poder que singularizam uma dada época histórica. Esse conceito permite a articulação das instituições e dos dispositivos saber/poder que caracterizam o

Estado desde o século XIX. Foucault (2008a, pp. 142-143) entende por governamentalidade,

Conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”.

\*\*\*

Nos cursos de 1978<sup>6</sup> e 1979<sup>7</sup> Foucault dedica-se a expor suas pesquisas sobre a governamentalidade, especificamente o que ele vai denominar de sociedade de segurança biopoder ou biopolíticas. Por biopoder o autor entende “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (2008a, p.3). A irrupção de uma *naturalidade da espécie humana* - multiplicidades que vivem, trabalham e coexistem – como estratégia das relações de poder é o que o autor chama de biopoder ou biopolíticas. O conceito de *meio*, no sentido físico, articula-se ao de espécie humana como estratégias de poder e programação das biopolíticas.

A genealogia - diferentemente da arqueologia que se dedica a análise das regras de formação dos conceitos – debruça-se sobre os objetivos estratégicos e da programação das ações políticas que um dado conceito sugere. Assim uma análise genealógica do conceito de *meio* e o de *espécie humana* sugere, no contexto de uma sociedade de segurança, tecnologias de poder com vistas à “modificar em algo o destino biológico da espécie” (Foucault, 2008<sup>a</sup>, p. 15). Eis os objetivos estratégicos e as programações das ações políticas das biopolíticas ou dispositivos de segurança. A espécie humana sugere, em primeiro plano, uma inserção biológica do homem.

---

<sup>6</sup> Foucault. *Segurança, território, população*. 2008a

<sup>7</sup> Foucault. *Nascimento da biopolítica*. 2008b

A biopolítica<sup>8</sup> é uma tecnologia de poder que se dirige ao homem vivo, como espécie. As programações das ações governamentais visam a controlar os processos de nascimento, vida e morte de uma massa global. A biopolítica, segundo Foucault, tem como alvo a população como um problema político e científico, isto é, de relações de poder e dos aspectos biológicos da vida humana - apreendidos por verdades discursivas e dispositivos não-discursivos de governamentalidade. Essa tecnologia de poder se exerce, com recursos da estatística e da demografia, para prevenir, medir, fixar equilíbrios nas taxas de natalidade e mortalidade, em suma, instalar mecanismos de segurança sobre o aleatório que é inerente a uma população de seres vivos. A biopolítica se exerce na regularização da vida, na maneira de viver, no “como” da vida e no seu prolongamento. Trata-se de um poder contínuo, com recursos da ciência, que visa a *fazer viver*.

Foucault diferencia os mecanismos disciplinares dos de segurança. Vale lembrar que Foucault não formula uma teoria geral do poder. O problema do poder diz respeito ao seu exercício e efeitos. Primeiro, a disciplina se exerce sobre o corpo individualizando uma multiplicidade e construindo um espaço de vigilância, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população apoiada sobre um conjunto de dados materiais, maximizando os elementos positivos e minimizando “o que é risco e inconveniente” (2008a, 26). Os dispositivos de segurança agem sobre uma realidade de maneira a anular, frear e regular, ou seja, identificar o que é perigoso, calcular os riscos e intervir sobre as crises. Trata-se de uma “gestão de séries abertas (...) controladas por estimativas de probabilidade” (ibid, p. 27).

As relações saber-poder dos dispositivos disciplinares e de segurança da população se valem da normalização, mas de forma diferente. As disciplinas produzem um tipo de individualização que compõe e decompõe os indivíduos, conforme os lugares, os gestos e o tempo das operações, observando-os e modificando-os. Além disso, classifica-os tendo em vista determinados objetivos, estabelece também as seqüências ou as coordenações ótimas e cria procedimentos de adestramento e de vigilância permanente. Com base em tudo isso é que se demarca uma norma que vai servir de modelo para distinguir o normal e o anormal de acordo com ela. (Ibid, 74-75). Tal relação de poder se vale das normas para qualificar, medir, avaliar e hierarquizar os viventes, classificando-os de acordo com modelos de vida.

---

<sup>8</sup> Cf. Foucault. *Em defesa da sociedade*. 1999. pp. 289-295

Por sua vez, o processo de normalização dos dispositivos de segurança da população difere dos mecanismos disciplinares. Naquele, o ponto de partida é a identificação do normal e do anormal, mediante diferentes curvas de normalidade. Com base nisso, a operação consiste em trazer o mais próximo possível da normalidade um determinado fator desfavorável. A norma - diferentemente dos procedimentos disciplinares descritos acima - *está em jogo no interior das normalidades diferenciais*. Todo esse procedimento de normalização tem como estratégia a gestão dos riscos.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1998, pp.183-184) refere-se aos dispositivos disciplinares, os quais classificam e hierarquizam os indivíduos, como uma vertente obscura do governo representativo de direitos que qualificam os sujeitos de direito segundo normas igualitárias universais. Já no curso de 1978, ele afirma ter-se equivocado, pois as liberdades liberais devem ser compreendidas no interior dos dispositivos de segurança. Esses não poderão funcionar bem se não assegurarem a liberdade no seu sentido moderno. A liberdade liberal não é uma ideologia, mas “uma tecnologia de poder”, afirma Foucault (2008a, p.64).

A liberdade no sentido liberal não se reduz à dimensão de garantias dos direitos individuais em relação ao poder, tantas vezes enunciada no discurso político-jurídico do século XVIII. A liberdade também é uma exigência da própria governamentalidade. Pois só se pode governar bem se algumas liberdades forem respeitadas. O que não dispensa um aparelho policial de repressão às “desordens”, às “irregularidades”, às “ilegalidades”, às “deliquências”... A polícia, como aparelho de reprimir, e as prisões nascem nesse momento com as liberdades liberais. Se, por um lado, com a governamentalidade da população o Estado faz crescer as suas forças, por outro, cria novos instrumentos para reprimir.

A população aparece como um problema novo nas teorias liberais - fisiocratas e utilitaristas do século XVIII. Ela não mais é percebida como nos teóricos da soberania a partir da noção jurídico-política do sujeito, mas sim como um objeto técnico-político de uma gestão e de um governo. Com base nessa nova noção de população é que a governamentalidade se configura com seus próprios instrumentos políticos e o saber político se constituirá numa economia política e numa ciência política, como estratégias de intervenção na economia. Segundo Foucault (2008<sup>a</sup>, p. 99), o “problema político moderno

está ligado à população” segundo “a série: mecanismos de segurança – população – governo e a abertura do campo do que se chama política”.

Foucault (2008a) aponta para três características que conferem à população uma nova noção: a da sua naturalidade. Primeiro, ela é concebida como um fenômeno da natureza em que se pode agir através de cálculo, análise e reflexão. Segundo, a naturalidade de seus desejos de acordo com o interesse, matriz de uma filosofia “utilitarista” que se pode traduzir numa “gestão da população a partir da naturalidade do desejo e da produção espontânea do interesse coletivo pelo desejo” (Ibid, 95-96). Terceiro, “a população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-los” (Ibid, pp. 97-98).

A população constitui-se como um conjunto de elementos que, de um lado, a inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, está sujeita a intervenções e transformações calculadas. Com essa nova noção, no século XVIII, o homem passa a ser nomeado de espécie humana e não mais de gênero humano, num claro vínculo biológico. Eis uma noção chave dos dispositivos de segurança ou biopolíticas, que Foucault coloca como uma questão fundamental que “têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie” (Ibid. p. 15). “O homem moderno, [salienta Foucault (1990, p. 134)], é um animal, em cuja política sua vida de ser vivo está em questão”. Se as disciplinas dirigem-se ao corpo individual, os dispositivos de segurança têm como objeto o corpo-espécie.

Com a emergência da população como correlata dos dispositivos de poder constitui novos domínios de objetos como de saberes. Assim, no século XIX, pode-se correlacionar a temática do homem como ser vivo, indivíduo trabalhador e sujeito falante nas ciências humanas à emergência da população como estratégias de poder, domínio e objeto de saberes. O saber cria seus próprios objetos e não foi feito para compreender, mas para cortar (Foucault, 1992b, p.28).

\*\*\*

A arte de governar a partir de meados do século XVIII sofre uma importante inflexão em relação a anterior racionalidade do governo do Estado. Essa última, até meados do século XVIII, se guiava por dois tipos de doutrina: a razão de Estado e a teoria de polícia. A primeira dizia respeito ao problema da existência e da natureza do Estado. A arte de governar objetivava reforçar o próprio poderio do Estado, aumentar sua potência num quadro extensivo e competitivo. Já a doutrina da polícia dizia respeito a uma série de técnicas, domínios e objetivos que apelam para a intervenção do Estado. O alvo dessa doutrina são os indivíduos vivos em sociedade, cuja finalidade é melhorar a sua vida. Essa racionalidade estatal ao promover os elementos da vida ao mesmo tempo reforça a potência do Estado.<sup>9</sup> A teoria jurídica-política dos contratualistas nasce concomitante à arte de governar pela razão de Estado com vistas a colocar o direito como um limite extrínseco ao exercício do poderio estatal.

Já em meados do século XVIII, o problema central dos discursos liberais situa-se no plano de uma nova racionalidade de governo, impedir que esse governe demais. Os limites deixam de ser extrínsecos, da ordem jurídica do direito, para se tornar intrínseco ao próprio governo. Esse limite virá, não mais pelo direito, mas da economia política. Essa nasce no âmbito dos próprios objetivos que a razão de Estado havia se posto para governar. Por economia política entende-se “um método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação” (Foucault, 2008b, p. 19). A economia política reflete sobre as práticas de governo e seus efeitos e se inicia com os fisiocratas. Doravante o problema não gira em torno de uma questão jurídica de legitimidade ou não da ação governamental, mas sim do seu sucesso ou fracasso. Trata-se, pois de um novo regime de verdade.

Foucault (2008b) em seu curso de 1979, intitulado *Nascimento da biopolítica* não cumpre o que promete, o estudo da biopolítica. Justifica a mudança de eixo temático para a analítica do liberalismo, na afirmação de que somente quando se compreender bem o regime de verdade que orienta a racionalidade do governo poderia apreender a biopolítica. Em suas anotações, não expostas no curso, esclarece que o problema central da biopolítica, aquele em que os sujeitos de direito aparecem como uma população que cumpre a um governo administrar, exige um estudo do quadro geral do liberalismo (Foucault, 2008b, nota p. 30).

---

<sup>9</sup> Cf. Foucault. “*Omnes et singulatim* uma crítica da razão política”. *Ditos e Escritos IV*. 2003

No curso de 1978, em que aborda o problema do governo da população e dos dispositivos de segurança, Foucault (2008a) afirmava, com já visto, que a liberdade liberal não dispensa os dispositivos de segurança, a biopolítica da população. Em outros estudos<sup>10</sup> o problema da biopolítica se explicita. Mas o problema permanece, os dispositivos da biopolítica nascem no século XIX contemporâneos à arte de governar com base nos princípios da economia política. Compõem-se duas séries de racionalidade de governo: gerir os aspectos biológicos da vida da espécie humana e um governo regulado pela economia política. Ora, o fracasso ou sucesso de uma política governamental depende da prosperidade de uma nação, de sua população. Como gerir a vida com um governo mínimo?

A economia política de meados do século XVIII, particularmente com os fisiocratas, indica ao governo onde deveria buscar o seu princípio de verdade. Trata-se, pois, do mercado. O mercado, portanto, segundo Foucault, se tornou no século XVIII um “lugar de verificação” (Ibid, p. 46)<sup>11</sup>. Por que? Buscar as causas explicativas pode não ser tão importante, pois o que realmente importa é que isso foi possível, e ponto. Cabe então, daí, estudar as práticas e efeitos desse modo de governar. E esse é o procedimento crítico, e não aquele de estabelecer a verdade ou falsidade de uma dada idéia. A análise do regime de verificação tem, nesse caso, um alcance político. Ao genealogista, segundo Foucault, cabe fazer a história dos regimes de verificação, isto é, “a análise da constituição de certo direito da verdade (...) encontrando sua manifestação privilegiada no discurso (...)” (Ibid, p. 49).<sup>12</sup>

Foucault (2008b) emprega o termo “liberal” para caracterizar um tipo de governamentalidade que é “consumidora de liberdade” (Ibid, p. 86), ou seja, trata-se de uma prática governamental que exige para o seu funcionamento um conjunto de liberdades de natureza econômica, civil e política. A liberdade não é algo dado, mas deve ser produzida, e “o liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante” (Ibid, p. 88). Fabricar a liberdade implica em problemas e custos que tal empreitada acarreta. O cálculo

---

<sup>10</sup> Cf. Foucault. “Direito de morte e poder sobre a vida”. *História da sexualidade I*.1990. Foucault. “Aula de 17 de março de 1976”. *Em defesa da sociedade*.1999.

<sup>11</sup> Foucault (2008b) explica uma mudança do sentido do mercado. Antes, na razão de Estado, na prática mercantilista dos séculos XVI e XVII, o mercado aparece não como revelador da verdade por si só, mas como princípio jurisdicional, o comércio como princípio da força do Estado.

<sup>12</sup> Foucault (2008b, p. 83) denomina de liberalismo, no século XVIII, às estratégias discursivas e de práticas governamentais que possuem três características: verificação do mercado, exercício do governo pelo cálculo utilitário dos interesses, a Europa como posição privilegiada em relação a um mercado mundial.

desses custos é o que se denomina de segurança. A noção liberal de um governo mínimo, portanto, não dispensa as biopolíticas de segurança.

O liberalismo implica um jogo de liberdade e segurança. E é esse jogo que vai constituir o que Foucault denomina de “economia de poder própria do liberalismo” (Ibid, p. 89). É necessário, pois, gerir a liberdade dos indivíduos para que a satisfação dos seus interesses não coloque em perigo a liberdade de interesses dos demais indivíduos e da coletividade. Como estimular esses interesses senão por uma complexa arte de governar que faz do perigo o móvel dos mecanismos de segurança e de liberdade? O século XIX caracteriza-se pelo que Foucault denomina de uma “cultura do perigo” (Ibid, p. 90), não no sentido apocalíptico, mas de perigos cotidianos, estimulados e postos constantemente em circulação.

“Não há liberalismo sem cultura do perigo” (Ibid, p. 91). E essa é a chave para a compreensão da rede complexa de dispositivos disciplinares que atravessam a sociedade. O *panóptico* de Bentham antes de ser um paradoxo do governo liberal é a fórmula dessa forma de governo cuja liberdade sem intervenção requer uma vigilância contínua. O controle na modalidade *panóptico*, isto é, dos dispositivos disciplinares, é o contrapeso da liberdade.

Uma segunda modalidade da arte liberal de governar é insuflar a liberdade por meio de controle e intervenção. Nesse caso o controle passa a ser o mecanismo para gerir as crises econômicas e políticas do século XX (New Deal de Roosevelt, O Welfere do após-II Guerra Mundial). Essa arte de governar produz o que Foucault denomina de “crise de governamentalidade” (Ibid, p. 93), provocada pelo aumento do custo econômico do exercício da liberdade.

As reavaliações das intervenções econômicas, inspiradas na teoria de Keynes implementadas no período de 1930 a 1960, provocam um debate sobre a crise do liberalismo e novos projetos na arte de governar, formulados na Alemanha e, na atualidade, nos Estados Unidos. Segundo Foucault, articular a crise do liberalismo no século XX à crise do capitalismo não implica projetar essa última na esfera da política. Não se pode simplesmente deduzir uma da outra e fazer da crise do liberalismo uma mera decorrência da crise do capitalismo. Cumpre-se, entretanto, realizar uma análise da crise de governamentalidade a partir dos dispositivos de poder instaurado a partir do século XVIII.

Diferentemente do liberalismo do século XVIII, “o problema do neoliberalismo é (...) saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (Foucault, 2008b, p. 181). O mercado econômico não é por si só autoregulável pelo princípio do *laissez faire*, mas necessita de uma política ativa e vigilante, embora sem dirigismo <sup>13</sup>. Essa é a idéia central do neoliberalismo que marca uma diferença em relação ao liberalismo do século XVIII.

Destaco da análise de Foucault (2008b), com base no pensamento neoliberal, o aspecto da política social. No pós-guerra, a política social caracteriza-se, grosso modo, por uma repartição do acesso de cada um aos bens de consumo. Ela é projetada com vistas primeiro, para a redução das desigualdades provocadas por um processo econômico selvagem; segundo, para um consumo socializado; terceiro, o crescimento econômico deve reverter em uma política ativa e generosa. Para os neoliberais uma política social não deveria servir de contrapeso igualitário a um processo econômico, mas sim uma compensação. O seu instrumento de consumo de bens sociais não será a socialização, mas a privatização, fórmula para assegurar a cada indivíduo um espaço econômico para enfrentar os riscos.

A arte neoliberal de governar, particularmente os *ordoliberalis* na Alemanha nos anos 1930, segundo Foucault, pauta-se por aquilo que Schumpeter, Sombart e Weber denominam de uma “ética social de empresa” (Foucault, 2008b, p. 201). O “*homo oeconomicus* que se quer construir não é o homem da troca [nos moldes do liberalismo do século XVIII], não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (Ibid). E é essa multiplicação da empresa no interior do corpo social, segundo Foucault, que caracteriza a política neoliberal (Ibid, p. 203). Não se pode filiar uma sociedade com base na empresa à sociedade uniformizadora de massas.

Na articulação com essa sociedade de concorrência empresarial está uma multiplicidade de instituições de arbitragens judiciais. “Essas são as duas faces do mesmo fenômeno” (Ibid, p. 204). A concorrência é regulada por regras garantidas politicamente pela lei. A intervenção do judiciário se dá no âmbito das regras do jogo, mas os jogadores

---

<sup>13</sup> Foucault (2008b) analisa os discursos dos expoentes contemporâneos do neoliberalismo, Röpke, Rüstow, Hayek, Von Mises que se reuniram no colóquio “Walter Lippmann”, em 1939, na França. Nesse colóquio se forma uma comissão permanente que se chamará “Comissão internacional de estudo para a renovação do liberalismo” (Ibid, 183).

continuam senhores de seu jogo. Na vertente discursiva neoliberal as desigualdades dos competidores são o ponto de partida e de chegada. Para gerir tais desigualdades faz-se necessário arbitrar os efeitos conflituosos das disputas através de instituições judiciárias segundo regras previamente fixadas na lei.<sup>14</sup>

Foucault insiste que para analisar a biopolítica é preciso compreender o liberalismo, mas não realiza em seu curso de 1979 essa articulação. Algumas questões se colocam. Haveria uma incompatibilidade entre a governamentalidade neoliberal e os dispositivos biopolíticos de segurança da população? Ou esta articulação se daria de um modo diferente da gestão biológica da vida da espécie humana? O caráter intervencionista na vida não condiz com o modo de governo neoliberal?

Retomando o problema, posto por Foucault, de que a analítica do liberalismo, particularmente do neoliberalismo, tem precedência sobre as biopolíticas, cumpre precisarmos os mecanismos de uma biopolítica nessa nova prática de governamentalidade. A chave para esse empreendimento está na analítica do neoliberalismo norte-americano, especialmente no enunciado de *capital humano*. Uma peculiaridade do liberalismo nos Estados Unidos é que ele “é uma maneira de ser e de pensar” (Ibid, p. 301) e não somente uma técnica dos governantes em relação aos governados.

O termo capital humano se distingue da noção, uniformizante e normalizadora, de espécie humana, pois o primeiro não se desvincula da desigualdade que seus promotores neoliberais insistem em denominar de diferença. Há uma mudança substantiva, em relação

---

<sup>14</sup> É com Schumpeter (1942) que a democracia é conceituada como um método de governo. Essa noção, que o autor reputa como uma ruptura do que ele denomina de pensamento clássico, entenda-se o utilitarismo do século XIX, é a forma dos governos democráticos, no século XX. Segundo ele, a democracia “seria um método político, ou seja, certo arranjo institucional para alcançarem decisões – legislativas e administrativas – e, portanto, não poderia ser um fim em si mesmo, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas” (Schumpeter, apud Tótor, 1998, p. 34). Os procedimentos democráticos são aqueles que asseguram o acesso e o exercício do poder político às lideranças que através dos partidos disputam em um mercado competitivo os votos da população. Os procedimentos da democracia liberal representativa são, portanto, escolha das lideranças responsáveis pelo governo através do sufrágio universal e da competição partidária.

Como método, a democracia representativa liberal disciplina a disputa pelo poder nos partidos políticos e organiza a liberdade política da população no sufrágio universal. Trata-se de um método de renovação pacífica do poder com vistas à redução das crises de governamentalidade, pois se pode, através de regras claras e conhecidas, construir uma previsibilidade para os competidores no mercado político. E renovar, em um intervalo previsto, os governos. Evita-se, com isso, os desgastes naturais do exercício do governo. A democracia como método é a forma política da governamentalidade liberal, tal qual ela vem sendo praticada ao longo do século XX.

ao liberalismo na sua modalidade democrática dos séculos XIX e XX. Nesse último, trata-se de romper os privilégios adstritos, universalizar o acesso à educação e o sufrágio universal igualitário. Tudo isso é pressuposto para fazer valer a chamada igualdade de condições. Se a igualdade é o ponto de partida, não é, contudo o produto final. A mudança, em relação ao neoliberalismo, é que a igualdade de condições não é mais o ponto de partida, tampouco o resultado final. É isso que sugere a noção de capital humano como veremos a seguir.

Os artigos de Theodore Schultz, produzidos no correr dos anos 50-60, foram reunidos em uma publicação, em 1971, sob o título *Investment in Human capital* (Foucault 2008b). Nesse mesmo período, Gary Becker publicou um livro com o mesmo título. Nessas publicações se encontram noções de economia e de trabalho que distam, tanto dos clássicos liberais do século XVIII, como de Marx. Por economia entendem uma análise da racionalidade do comportamento humano. O trabalho seria “uma conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (Ibid, p. 307). O trabalhador não constitui, nessa perspectiva, uma força de trabalho sujeita ao mercado da oferta e da procura, e, sim, “um sujeito econômico ativo” (Ibid, p. 308).

Por que as pessoas trabalham? Segundo Schultz e Becker (apud Foucault, 2008b) para obter um salário entendido como uma renda, e utilizando a definição de Fischer do início do século XX, os neoliberais definem uma renda como o produto de um capital e, inversamente, denominam de capital tudo que pode ser uma renda futura. Então qual é o capital de que o salário é a renda? É o próprio trabalhador. O trabalhador é entendido como uma “máquina” (não no sentido daquilo que o aliena) que vai produzir um fluxo de renda. Trata-se de um fluxo tanto de renda como da máquina, porque os salários variam no tempo de existência – segundo o investimento que se faz na produção da máquina, no seu uso e desgaste com o tempo -, baixo na juventude, alto na fase adulta e diminuindo com o envelhecimento.

O trabalhador é o próprio capital e a fonte de renda, e ele deve investir em sua competência: *competência-máquina*. O princípio, ao mesmo tempo de decifração do liberalismo e o seu programa para a racionalização, pauta-se por uma concepção de economia como unidade-empresa. Daí se extrai uma importante consequência, a saber,

cada trabalhador é uma empresa. O *homo oeconomicus* é um empresário de si mesmo (Ibid, p. 311).

O capital humano de acordo com Schultz e Becker, segundo Foucault (2008b), somente tem interesse para a economia na medida em que se constitui de um conjunto de recursos raros. Tais recursos compõem-se de elementos inatos – equipamentos genéticos hereditários – e adquiridos, referentes aos investimentos educacionais que não se restringem à escolarização ou aprendizagem profissional, mas são aqueles que produzem a *competência-máquina*.

Os equipamentos genéticos não nos custam nada, pois nos pertencem, mas são recursos raros. Entenda-se por desiguais? Que efeitos de poder tal valorização, enquanto recursos raros podem desencadear? E Foucault sugere uma nova estratégia de poder sobre os corpos, individual e coletivo. A aplicação da genética sobre os indivíduos de uma população para uma previsão de risco. Tais riscos são aqueles que se correm de adoecer ou contrair determinadas doenças ao longo de uma existência. Na medida em que se podem identificar indivíduos de risco, imagina-se poderem constituir equipamentos genéticos de baixo risco que sejam benéficos aos indivíduos. Quais são as uniões entre indivíduos com a probabilidade de produzir um indivíduo de menor risco? A novidade dessa estratégia é a de incorporar nos cálculos econômicos as uniões dos casais na prevenção dos riscos genéticos nocivos aos indivíduos ou a sociedade.

Sabemos que os recursos da ciência, na atualidade, permitem um mapeamento genético de indivíduos e de uma população com previsão dos riscos de contrair determinadas doenças. Uma simples *anamnese* médica caracteriza-se por uma profusão de perguntas sobre as doenças dos ascendentes familiares a fim de mapear as predisposições genéticas do indivíduo de contraí-la. Os seguros de saúde aspiram o acesso a esses dados para o cálculo econômico de seus gastos.

Foucault insiste que o problema da produção de bons equipamentos genéticos visa, nos discursos da atualidade, a uma melhoria do capital humano. Não seria isso uma nova modalidade de racismo? Foucault afirma que não se deve situar o problema genético, como posto na atualidade, em termos tradicionais de racismo. Para ele, quando a sociedade coloca o problema da melhoria do seu capital humano não é possível que não derive daí o

problema político da filtragem, do controle das uniões e das procriações recorrendo-se à genética.

Se, por um lado, não podemos deduzir o racismo desses recursos genéticos de seleção, podemos, por outro lado, afirmar sobre a emergência de um novo dispositivo de poder que não se reduz à extração de forças úteis, mas a uma colonização do interior dos corpos tendo como efeito o capital humano ou o empresário de si mesmo, produtor de renda e movido pela satisfação dos seus interesses. Estamos no coração dos dispositivos da sociedade de controle descritos por Deleuze (1998) <sup>15</sup>.

Não somente do equipamento genético, inato, se constitui o capital humano, mas de elementos adquiridos provindos de investimentos educacionais. Esses investimentos, como dito, não provêm somente da escolarização ou aprendizado profissional, mas abrange todo o ambiente familiar de formação desde a infância. Os pais devem investir nos filhos para a produção do capital humano, tais como, produzir estímulos a uma determinada forma de vida, criar um ambiente psicológico favorável, cuidados médicos relativos à promoção da saúde. E aqui podemos acrescentar a parafernália de investimentos sobre a criança e o jovem que vão desde as práticas esportivas, aos cursos de aprimoramento cultural, intercâmbios internacionais para conhecer outras culturas e aprendizado de idiomas. Tudo isso exige alto custo de investimento individual em si mesmo. A valorização dos casamentos monogâmicos e das uniões estáveis, tão em voga no pensamento conservador atual, é o efeito da noção de capital humano. O casamento monogâmico é uma empresa de produção do capital humano.

A avaliação do crescimento de determinados países, desde os anos 1930, não se faz segundo as variáveis clássicas da economia, com base na terra, no capital e no trabalho – como tempo de trabalho e número de trabalhadores -, mas sim na composição do capital humano e dos investimentos que foram feitos no próprio homem. São com tais propósitos que se formulam as políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais dos países desenvolvidos. E, também, se avaliam e se identificam como causas do mau desempenho econômico dos países do chamado terceiro mundo, em razão das insuficiências nos investimentos em capital humano.

---

<sup>15</sup> Para uma análise mais detalhada desses dispositivos, com base no texto de Deleuze (1998), cf. Tótorá, Silvana. “Democracia e sociedade de controle”. 2006.

Podemos acrescentar que essa noção de indivíduo como empresa e o estímulo ao empreendedorismo individual desencadeiam uma gama imensa de ofertas de serviços. A governamentalidade neoliberal não somente as estimulam, como se apropriam desses serviços na forma de parcerias. A chamada flexibilidade do trabalho se insere no fluxo do trabalhador/máquina como empresário de si mesmo. As críticas aos processos de trabalho como alienação, que povoaram os discursos das esquerdas nos anos 60 e desencadearam inúmeras movimentações da sociedade, mudaram, no final do século XX, para uma valorização do trabalho como espaço de criação e empreendimento. Basta um notebook para constituir uma empresa.

Os denominados *ordoliberalis* da Alemanha, buscam abrir espaço dentro dos processos sociais para os mecanismos de mercado. De um lado, procuram generalizar a forma “empresa” para o corpo social, por outro, inscrever a vida de cada indivíduo em uma multiplicidade de empresas limitadas em seu tamanho para que esteja ao alcance de uma ação individual e de decisões múltiplas que lhes sejam perceptíveis. Por fim, sua própria vida de indivíduo – nas relações com sua propriedade privada, sua família, seu casamento e seus seguros com saúde e aposentadoria – faz dele uma espécie de empresa permanente e múltipla.

O modelo econômico regido pela relação oferta e procura e pela série investimento-custo-lucro configura-se em “modelo da existência”, isto é, do conjunto dos valores morais e culturais. Todo o campo social se insere dentro de uma lógica econômica. O que Rüstow<sup>16</sup> segundo a pesquisa de Foucault (2008b), denominava de *Vitalpolitik* (política da vida) era justamente uma compensação para os aspectos racionais, de cálculo e impassíveis do jogo da concorrência. A sociedade empresarial dos *ordoliberalis*, segundo Foucault (Ibid), é ao mesmo tempo orientada para o mercado e criadora de mecanismos de compensação para amenizar os seus efeitos. Para Röpke, que como Rüstow também pertence a corrente *ordoliberal*, a política do Estado deve ser capaz de manter no quadro político e moral tanto os grupos e as empresas em concorrência umas com as outras, como “uma comunidade não desagregada” (Röpke, apud, Foucault, 2008b, p. 333).

Os neoliberais americanos utilizam a análise da economia de mercado para interpretar fenômenos que não são da ordem propriamente econômica. Diferem em relação

---

<sup>16</sup> Da corrente alemã *ordoliberal*

aos *ordoliberais*, porque generalizam a política de mercado para todo o corpo social (Foucault, 2008b, p. 334). Tal generalização, segundo Foucault (2008b), orienta a inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais não propriamente econômicos. Procedimentos econômicos de firmas empresariais e dos consumidores se estendem ao âmbito doméstico. O conceito de capital humano, como visto, expressa essa generalização. A redução do número de filhos, por exemplo, nas famílias mais ricas - o que seria um paradoxo em termos malthusianos de seu aumento em correspondência ao aumento da renda - revela um cálculo dos altos custos em investimento no capital humano. Para formar um filho competitivo no mercado custa muito caro. Esse argumento é corrente nas famílias mais abastadas.

No que se refere à ação governamental, a avaliação dos neoliberais norte-americanos se faz segundo o critério econômico mercantil. Como constata Foucault (Ibid, p. 338), “trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado. Trata-se, em suma, de constituir, em relação a governamentalidade efetivamente exercida, uma crítica que não seja uma crítica simplesmente jurídica (...), o cinismo de uma crítica mercantil oposta ao do poder público”.

O tratamento da questão da criminalidade, também, sofre uma inflexão na vertente neoliberal que difere dos dispositivos do século XIX. Ao longo desse século o *homo penalis* foi sendo derivado do *homo criminalis* por uma inflação discursiva da psicologia, sociologia e da antropologia criminais que substitui a mecânica da aplicação da lei. A criminologia nasce no final do século XIX. O neoliberal norte-americano Becker, segundo Foucault, dá uma definição do crime, como toda “ação que faz um indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena” (Ibid, p, 344). Mudança de estratégia discursiva acerca da criminalidade. “Crime é o que é punido pela lei, e ponto final”, afirma Foucault (Ibid). O criminoso deixa de ser enunciado a partir das características morais e antropológicas (identidade do criminoso com o crime), como enunciado na criminologia do século XIX, e passa a ser qualquer um.

Se, como dito, o crime é uma ação que leva qualquer um a correr o risco de ser penalizado, cumpre, portanto, produzir uma política penal que regule no mercado do crime a sua oferta. Não se trata de eliminá-lo - objetivo inatingível - até porque a sociedade vai

bem com uma certa taxa de ilegalidade (Ibid, p. 350), mas reduzir a sua oferta. Daí a importância do que Foucault destaca como o “enforço da lei” (Ibid, p. 348)<sup>17</sup>, ou seja, o conjunto de mecanismos de ação para intervir no mercado do crime e diminuir a sua oferta. Conclui-se, acerca da mudança do conceito de criminalidade para o neoliberalismo, particularmente Becker<sup>18</sup>, como uma variante da noção de *homo oeconomicus*, aquele cuja conduta se orienta para maximizar o lucro e minimizar as perdas.

A lei torna-se um elemento importante para a liberdade de uma sociedade pautada no princípio neoliberal de mercado. Menos do que coibir ou coagir, a lei funciona como regra do jogo. A ação penal é uma ação sobre o jogo de perdas e ganhos possíveis.

Com a prática neoliberal e seus regimes de verificação, os dispositivos de segurança e disciplinares de normalização, ou de exclusão do não-normalizável, cedem para uma programação que abre espaço para as “diferenças” de indivíduos e “práticas minoritárias”. Melhor seria empregar o termo diverso no lugar de diferença, porque é regido pela lógica dos valores do mercado econômico. Diverso nada mais é do que um emprego atenuado de desigualdade, portanto não são termos incompatíveis. A intervenção não se dá sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo (Ibid, p. 354). Trata-se de uma nova governamentalidade neoliberal. A democracia definida como um conjunto de procedimentos que permite a participação direta ou indireta, na forma representativa, inscreve-se dentro dessa nova tecnologia de governo.

As biopolíticas da espécie humana, destinadas a maximizar forças e extraí-las mediante mecanismos globais de gestão da vida biológica de cada um individualmente e de uma população numa sociedade capitalista de produção, cedem lugar a outros dispositivos de poder. Trata-se dos dispositivos de uma sociedade de controle, conforme descritos por Deleuze (1998). Tais mecanismos segmentam e diferenciam a massa populacional por público de consumidores de bens materiais e imateriais – tais como conhecimento,

---

<sup>17</sup> Não se aplica ao termo “enforço” o sentido de reforço, na medida em que isso sugeriria que a lei seria fraca. Trata-se, contudo, um conjunto de instrumentos para dar à lei uma realidade prática, nos âmbitos social, econômica e político. Cf. Foucault (2008b), pp. 347-348.

<sup>18</sup> Trata-se de uma reatualização das noções de Beccaria e Bentham no séc. XVIII que confere a punição ao ato criminoso. No final do século XVIII o direito penal se inscreve no cálculo utilitário – pena como redução dos custos da delinquência. Cf. Foucault (2008b, pp. 339-341)

informação, comunicação e relações afetivas -, enquanto as biopolíticas são dispositivos de massificação que normalizam um modo de vida biológico.

Foucault (2008b) prefigura, em seu curso de 1979, não o nascimento da biopolítica, como ele o denominou, mas o seu declínio enquanto gestão da vida biológica de uma massa populacional através de saberes da estatística e da demografia. Os novos dispositivos de poder segmentam a população em faixas etárias, grupos, ou identidades, valorizam a competição entre os indivíduos e exaltam a rivalidade como emulação motivadora. Os saberes agora provêm da comunicação e do marketing, além da área de gestão empresarial, direito do consumidor e da genética. Esses novos dispositivos não eliminam, mas articulam, intensificam e transformam os precedentes – disciplinares e biopolíticas de segurança. É necessário explicitar essa mudança em relação às tecnologias do poder vigentes nos séculos XIX e XX, as quais impulsionaram e foram bem utilizadas por uma sociedade capitalista de produção industrial.

O novo modelo de capitalismo globalizado com base nos fluxos financeiros e privilegiando o consumo material e imaterial em detrimento da produção dissemina por todo o corpo social o modelo da empresa, redefinindo os espaços políticos, os corpos, as populações e as subjetividades. Os corpos disciplinados, moldados em instituições de seqüestro – médicas e educacionais – cedem para os corpos de modulações mutáveis – aquele que o discurso neoliberal denomina de capital humano -, dotado de flexibilidade, inteligência emocional e habilidades comunicativas consumíveis em um mercado econômico competitivo. A renda desse capital está na dependência de um alto custo de investimento que se inicia na infância e o acompanha a vida toda, instituindo um controle contínuo em detrimento do exame <sup>19</sup> que caracteriza uma sociedade disciplinar. Na sociedade de controle a formação não termina nunca <sup>20</sup>.

O governo da população enquanto uma massa normalizável com base numa série aberta de curvas de normalidade cede para uma hierarquia que individualiza com base em recursos raros inatos da genética ou adquiridos pela formação que produz o empresário de si mesmo ou capital/máquina. Valoriza-se nessa nova configuração capitalista, regida pelos

---

<sup>19</sup> Por exame Foucault entende o conjunto dos mecanismos que visam a medir, avaliar, classificar e hierarquizar, recrutando distintos saberes e uma série de instituições médicas, educacionais, etc. com funções normalizadoras.

<sup>20</sup> Vide os cursos à distância, educação continuada, as especializações, etc. Todos com alta lucratividade.

dispositivos de controle, a diversidade e não a homogeneidade massificante do modelo industrial. Na medida em que o trabalho e o trabalhador não mais se separam, pois o trabalho é o próprio capital que produz renda – conforme os discursos neoliberais de verdade –, torna-se comum fazer do trabalho fonte de prazer.

A governamentalidade democrática neoliberal recruta todos à participação contínua. Todos se tornam responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um governo. Os veículos midiáticos e os novos recursos da informática não somente informam, ou reforçam os valores da sociedade vigente, mas constitui um valioso instrumento para fazer funcionar a democracia participativa e formar o cidadão opinante e consumidor de direitos. Os conselhos de gestão de políticas públicas são os novos espaços políticos-institucionais de participação. À massificação do sufrágio universal vem somar-se a participação contínua de segmentos nos diversos conselhos para fazer valer direitos das chamadas minorias que almejam se tornar majorias.

A democracia justaposta a um mercado universal produtor de riqueza e miséria torna-se, no mínimo, uma mistura espúria. Vale lembrar, como afirma Deleuze (1998, p. 224) que “o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da população da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento”. A periferia das grandes cidades tornou-se, na sociedade de controle, aquilo que Passetti <sup>21</sup> denomina de prisão ou campo de concentração a céu aberto. As populações suspeitas da sociedade disciplinar ganham o estatuto sociológico de populações em situação de vulnerabilidade social e, por isso mesmo, sujeita a todo tipo de intervenção e investimento de gestão da vida de cada um em particular e de coletividades no controle dos riscos. Multiplicam as estatísticas sobre o aumento da violência e da criminalidade que subsidiam as ações governamentais e não governamentais de intervenção nos bairros, das populações mais pobres, catalogados como áreas de risco.

É possível compreender a afirmação de Foucault de que somente quando se compreender o liberalismo, poderia analisar as biopolíticas. Na verdade Foucault não se referia propriamente ao liberalismo do século XVIII que se aclimatou muito bem com as biopolíticas de segurança da população e os mecanismos disciplinares. O autor se referia, nesse caso, ao neoliberalismo. Esse último, enquanto governamentalidade, requer um novo

---

<sup>21</sup> PASSETTI, Edson. Poder e anarquia. *Verve*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 12, março de 2007.

sentido de biopolítica que difere da idéia de uma normalização massificante das massas populacionais. Na vertente neoliberal, discursiva e prática, os elementos econômicos assumem a supremacia, dando à biologia um novo registro. A genética é a via para mapear o interior dos corpos e lançá-los no mercado competitivo.

A noção de capital humano, com privilégio para os custos econômicos e produção de renda, invade todas as demais esferas, sociais e políticas. Todos regidos pela lógica do mercado da oferta e procura. A desigualdade torna-se, nesses novos dispositivos, o ponto de partida e de chegada. A valorização das “diferenças” entre indivíduos e grupos é o modo de enunciar o valor da desigualdade, como móvel para estimular a competição. Não se trata de normalizar, mas criar leis que vão reger as regras do jogo, mas não os jogadores do jogo. Como gerir a desigualdade? Confinar a população dos pobres na periferia dos centros urbanos, fechar as fronteiras dos estados dos países ricos à emigração dos pobres advindos do denominado Terceiro Mundo, ou degradá-los a condição de clandestinos, sujeitos a todo tipo de trabalho degradante, humilhações, discriminação e violência do Estado através de sua polícia. As periferias dos grandes centros urbanos não se distinguem.

Para finalizar, esse texto se propôs recuperar nos estudos de Foucault, particularmente no curso de 1979 (2008b), uma preleção dos dispositivos da sociedade de controle, na sua análise dos discursos e práticas neoliberais. Cabe ao pesquisador, não propor projetos de uma nova sociedade, e, o que é pior, com base nos valores da velha. Os discursos em defesa da democracia estão repletos desses procedimentos. O alcance político dos estudos de Foucault está em explicitar as relações de poder, seus mecanismos, efeitos e resistências, para provocar nos protagonistas da vida política e social ações que não sejam a mera reprodução desses mecanismos travestidos em reformas das instituições e da defesa de valores universais. Esse procedimento só serve para o consolo do “grandes homens”, aqueles que se tranqüilizam enunciando valores universais. Desconfiem daqueles que se autodenominam de “justos”, pois estão sempre dispostos a convocar a polícia em nome da justiça.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. Dois imperialismo do universal. LINS, Daniel e WACQUANT (orgs). Repensar os Estados Unidos. Campinas, SP: Papiurus, 2003.

DELEUZE, Gilles. “*Post-Scriptum: sobre a sociedade de controle*”. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1998.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. “Filosofia analítica da política”. *Ditos e Escritos*. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

\_\_\_\_\_. “‘*Omnes et Singulatim*’: uma crítica da razão política”. *Ditos e Escritos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

\_\_\_\_\_. “Da natureza humana: justiça contra o poder”. *Ditos e Escritos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. 18ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. “Poder e verdade”. *Microfísica do poder*. 10ªed. Rio de Janeiro:Graal, 1992a

\_\_\_\_\_. “Nietzsche, a genealogia e a história”. *Microfísica do poder*. 10ªed. Rio de Janeiro:Graal, 1992b

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Vol. 1. 10ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 1990.

PASSETTI, Edson. Poder e anarquia. *Verve*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 12, março de 2007.

TÓTORA, Silvana & CHAIA, Vera. “Intelectuais e a invenção da democracia: experimentos e institucionalização da participação popular”. CHAIA, Vera & MACHADO, Eliel (orgs). *Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2009.

TÓTORA, Silvana. “Democracia e sociedade de controle”. *Verve*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 10, outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. *A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro da década de 1980*. Tese de doutorado, PUC/SP, 1998.